

Revista do **SESCON** RS

Publicação do Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas do Estado do Rio Grande do Sul

ANO XI | Nº 75 | MARÇO DE 2016

Mala Direta
Básica

9912275918/2011/DR/RS
SESCON-RS



ENTREVISTA

Cláudio
Lamachia,
Presidente da
OAB Nacional

PÁG. 6

Os problemas
no eSocial dos
Domésticos

PÁG. 10

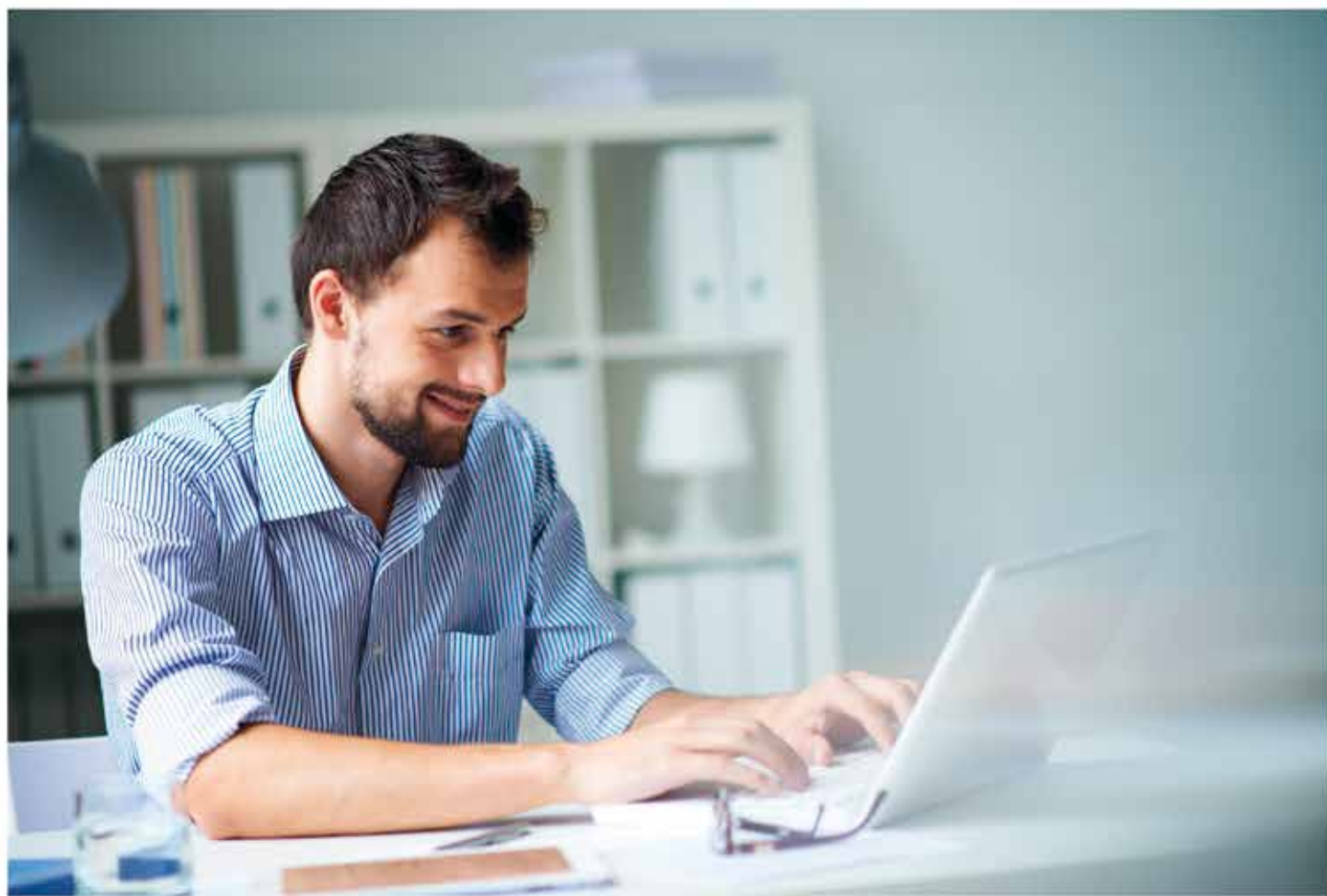
Ricardo
Amorim
e os erros
do Governo

PÁG. 11

PIB de
-3,8% é o
menor em
25 anos

Colapso econômico

PÁG. 12



DOMÍNIO CONTÁBIL PLUS, SIMPLES PARA VOCÊ. COMPLETO PARA SEU ESCRITÓRIO DE CONTABILIDADE.

O Domínio Contábil Plus é um conjunto de módulos totalmente integrados para oferecer à sua empresa de contabilidade tudo o que você precisa para uma administração controlada e de alto desempenho, facilitando a realização dos trabalhos diários. Desenvolvido pela Thomson Reuters, por parte das soluções Domínio Sistemas, o software possibilita automatizar, gerenciar e organizar, de maneira simples, todos os procedimentos contábeis, desde a abertura até o fechamento de uma empresa, proporcionando mais produtividade e qualidade ao serviço prestado.

Para mais informações entre em contato conosco pelo telefone: **0800 645 4004**
www.dominiosistemas.com.br

DOMÍNIO



THOMSON REUTERS

Prezado leitor

A economia brasileira vai de mal a pior. E a consequência da má gestão do Governo são centenas de empresas fechadas e um número ainda maior com sérias dificuldades de manter seus negócios, até onde não se sabe. Para nós, que representamos o setor de Serviços não é diferente. Sejam

FOTO: GUILI BOLFONI



DIOGO CHAMUN
PRESIDENTE

nossas empresas ou clientes, o mal feito das ações governamentais só aumenta os problemas e causa paralisia nos investimentos.

A matéria de capa aborda este tema um tanto amargo, que traz ainda a visão do comentarista econômico Ricardo Amorim. Destacamos também a entrevista especial com o presidente nacional da OAB, que assumiu em janeiro e traz em suas bandeiras à luta contra a CPMF e a carga tributária.

E sobre questão tributária temos dois assuntos em pauta nesta edição: a lei de repatriação de capital e as ações do SESCON-RS e da Fenacon em Brasília sobre as multas da GFIP. Outra reportagem é sobre o Sped Fiscal e seus problemas de sua operação, uma preocupação constante dos escritórios e assessorias contábeis.

Temos ainda o artigo do Tom Coelho e uma reportagem sobre a importância do engajamento das equipes nos propósitos das empresas.

Uma boa leitura!

3	PALAVRA DO PRESIDENTE
4	PANORAMA
6	ENTREVISTA
8	GESTÃO
10	GERAL
11	ECONOMIA
12	CAPA



16	INFORME TÉCNICO
18	AÇÕES SESCON-RS
20	ACONTECEU
22	PONTO DE VISTA

Lei de Repatriação de regularização de

Com a Lei nº 13.254/16, os brasileiros terão a oportunidade de regularizar, junto à Receita Federal do Brasil, seus bens, direitos e recursos financeiros remetidos ao exterior.

Os brasileiros que possuíam dinheiro ou bens no exterior até 31 de dezembro de 2014 e não declararam os recursos ao governo têm agora a chance de regularizar sua situação, garantindo a extinção da punibilidade dos crimes que poderiam ser relacionados a essa prática irregular. A oportunidade de repatriação dos ativos, sem implicações penais, foi aberta com a chamada Lei da Repatriação (Lei nº 13.254, de 13/01/2016), já sancionada pelo Governo Federal e que aguarda regulamentação através da Receita Federal.

De acordo com o advogado tributarista Frank Giuliani Krás Borges, do escritório Krás Borges & Duarte Advogados, “esta é uma lei aguardada há bastante tempo pelo mercado e trata-se de um procedimento legal que já foi adotado em outros países, como Itália, Alemanha e México, de forma exitosa. Além disso, é um instrumento de autorregularização do cidadão, e também um instrumento de arrecadação do Governo”.

Do ponto de vista macroeconômico, a lei foi criada para elevar a arrecadação do governo, que espera embolsar R\$ 21 bilhões com a medida apenas neste ano. Já para os contribuintes, as vantagens são: a redução nos valores das multas aplicadas e o afastamento de eventuais processos criminais que poderiam ser gerados.

TRIBUTAÇÃO

O cidadão brasileiro interessado em regularizar a sua situação junto à Receita Federal deverá recolher uma alíquota de

15% de Imposto de Renda, e multa de 100% sobre o imposto, ou seja, mais 15%, sobre o valor declarado. A partir daí, com o pagamento do tributo e da multa, se dá a extinção da punibilidade de crimes, como a evasão de divisas e a sonegação fiscal. Kras Borges explica que “a conversão monetária destes recursos para fins de definição da base de cálculo da tributação é feita com a cotação do dólar de 31 de dezembro de 2014. Isso quer dizer que o percentual total de 30% irá significar aproximadamente 20% de tributação, levando em conta o valor atual do dólar, que é mais alto”.

Qualquer brasileiro que possui valores em conta, bens, direitos e qualquer tipo de recurso no exterior é obrigado a informar ao governo brasileiro, por meio da Declaração de Imposto de Renda, que esses recursos existem e que estão em outro país. A ausência dessa declaração é considerada um crime, daí a importância da Lei de Repatriação. Segundo o advogado tributarista, “os recursos que a lei refere são aqueles que tenham sido remetidos, mantidos no exterior ou que já tenham sido repatriados ao país, ou seja, estes recursos podem não estar no exterior hoje, já podem ter sido repatriados de forma irregular e, inclusive, não estar na titularidade da pessoa. A Lei se aplica a residentes ou domiciliados atualmente no país ou que possuíam a condição de residentes na data de 31 de dezembro de 2014”, explicou.

ORIGEM LÍCITA

A lei é destinada à regularização de re-

ção permite a capitais no exterior

recursos, bens e direitos, não só moedas, capitais não declarados, declarados com omissão ou com incorreção. “Mas eles devem ter origem lícita, sendo esta a condição legal para a regularização. Aqui, temos uma primeira peculiaridade na repatriação, porque a origem lícita é declarada pelo próprio contribuinte ao fazer esta regularização. Depois, se, porventura, for constatada a origem ilícita destes recursos, aquela declaração não será válida, e o contribuinte enfrentará a repercussão penal em função disso,” assevera o tributarista.

O especialista esclarece ainda que “a lei faz duas exceções: primeiro, aos condenados em ações destas espécies de delitos, e, segundo, aos ocupantes de cargos públicos e seus parentes, o que contemplaria uma inconstitucionalidade, já que cria duas espécies de cidadão: o cidadão que ocupa cargo público, e o que não faz parte deste grupo. É uma inconstitucionalidade da norma”. Krás Borges chama a atenção sobre a opção dada pela lei de realocar no Brasil os bens e os capitais, pois “a repatriação do recurso em si é opcional. A lei trata da regularização cambial e tributária, não necessariamente da repatriação. Inclusive, o termo ‘repatriação’, que é comumente adotado para designação da lei, é equivocado, porque a repatriação é uma faculdade do contribuinte, que pode deixar seus recursos no exterior, e regularizar a questão tributária e cambial no Brasil. O contribuinte pode manter seus recursos no exterior, mas deve declarar e regularizar junto ao fisco brasileiro, pagando o imposto. “A principal vantagem da lei é a oportuni-

dade legal de regularização cambial, financeira, tributária e da confirmação da titularidade dos bens, direitos e recursos. Outras grandes vantagens residem na redução da tributação, se comparada àquela que poderia incidir na regularização anterior ao surgimento desta nova lei, e a extinção da punibilidade penal em determinados delitos”, comentou.

SEGURANÇA JURÍDICA

Outra questão a ser considerada, e que entra na principal polêmica da lei, é a da segurança jurídica. “Esta questão deve ser avaliada caso a caso, porque a lei estabelece a extinção da punibilidade de vários delitos, mas não é exaustiva, não esgota todos os delitos que possam ter sido cometidos pelo contribuinte na manutenção dos recursos no exterior. Em especial, existindo mais pessoas envolvidas no cometimento do delito, é necessário avaliar a possível imputação penal a todos os agentes envolvidos.” O advogado complementa: “A lei estabelece uma vedação de prestação de informações dos dados declarados pelos contribuintes aos Estados e municípios.



DR. FRANK KRÁS BORGES

Mas, se existir, no âmbito de tributação dos Estados ou municípios, procedimentos de fiscalização em andamento, relativamente à origem dos recursos expatriados, estes entes poderão tributar e, inclusive, imputar multa majorada ao débito fiscal em decorrência de eventual ilícito cometido”.

Em suma, a lei é de fácil implementação, mas pode haver consequências em função disso. De qualquer maneira, há de ser considerada como uma oportunidade dada ao cidadão. “Acredito que ninguém goste de manter recursos, no exterior ou no país, de forma irregular”, finalizou Krás Borges.

FOTO: AGÊNCIA OFFICE PRESS

“Temos que aca- tributária

CLAUDIO LAMACHIA, ADVOGADO

O advogado gaúcho Claudio Lamachia tomou posse como presidente nacional da OAB em janeiro. Entre as ações de sua gestão está o combate aos impostos, como se manifestou em seu discurso: “a tentativa do governo em voltar a instituir o CPMF configura uma sanha tributária sem limites”. Lamachia destacou a necessidade de união para impedir a recriação do imposto. O Brasil, para sair da crise, precisa de maior respeito com os recursos. O governo não pode ir a qualquer momento de crise colocar a mão no bolso do cidadão”.

O Brasil é conhecido pela sua alta carga tributária, que muito além das empresas, atinge todos os cidadãos brasileiros. Na esfera da OAB, quais são as ações em relação ao direito tributário neste quesito?

Não chega a ser novidade que os custos da má gestão do dinheiro público sejam pagos sempre pelos cidadãos e pelos empreendedores. A OAB é contra o aumento de tributos para o ajuste das finanças. Dentre as muitas medidas que já tomamos, destaco a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 4927), que trata dos dispositivos da Lei 9.250/1995 que estabelecem limites de dedução no IRPF de despesas com instrução do contribuinte e seus dependentes. Outra, igualmente importante, é a ADI 5.096, que pede a correção da tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) pelo índice da inflação, o IPCA. Além disso, a OAB junta-

mente com inúmeras entidades empresariais e da sociedade civil, está mobilizada contra o retorno da CPMF.

Sabemos da luta da OAB contra o CPMF, que nada mais é que aumento de encargos. Qual é a opinião jurídica da OAB sobre este pleito do Planalto?

A questão é antes de mais nada, cidadã. O que está sendo proposto é mais um tributo para equilibrar o caixa do governo, que está com problemas de ajuste em razão de má gestão. O contribuinte não deve ter a carteira assaltada toda vez que um gestor comete erros. O que precisamos é de eficiência e eficácia no trato com os recursos públicos. Esse dinheiro tem

O que precisamos é de eficiência e eficácia no trato com os recursos públicos. Esse dinheiro tem dono, é nosso.

Esse dinheiro tem dono, é nosso. O que vemos é uma sequência de desperdícios, de desvio de verbas, de contratações fraudulentas que alimentam um ciclo vicioso extremamente prejudicial ao cidadão, enquanto faltam recursos para necessidades básicas, como segurança, saúde, educação, infraestrutura e justiça.

bar com esta sanha sem limites”

A OAB está à frente de uma ação no STF para acabar com “as farras de aposentadorias de ex-governadores”. Qual é a tese da OAB para derrubar o consagrado direito garantido?

O entendimento da OAB é de que o mandato é transitório, não sendo admissível privilégios vitalícios a partir dele. A maior parte de nossa população precisa trabalhar muito para assegurar uma aposentadoria em nosso País.

São décadas de recolhimento para receber valores que são incapazes de garantir um rendimento digno. O que justifica que alguém que atue por quatro anos como chefe de governo de um Estado garanta uma aposentadoria vitalícia que em geral é cinco vezes superior ao teto do INSS? E não pensem que estamos falando de meia dúzia de pessoas. Hoje, segundo um levantamento recente do Correio Braziliense, 114 pessoas recebem este benefício, o que totaliza aproximadamente R\$ 50

O entendimento da OAB é de que o mandato é transitório, não sendo admissível privilégios vitalícios a partir dele. A maior parte de nossa população precisa trabalhar muito para assegurar uma aposentadoria em nosso País.

milhões anuais aos cofres de 21 unidades da Federação.

O impeachment nada mais é que um julgamento político, revestido das leis da nossa constituição. Na sua opinião qual é o papel jurídico-político do STF neste caso?

O papel do STF deve ser sempre o de garantir que a Constituição Federal seja respeitada, prezando sempre a independência dos demais poderes.

Para finalizar, quais são os gargalos para a reforma das leis tra-

balhistas? O que falta para o Brasil avançar no sentido de preservar os direitos trabalhistas e diminuir seus encargos aos empregadores?

Para a reforma trabalhista, bem como para a reforma tributária, política e tantas outras, falta algo fundamental: vontade política. Enquanto os interesses da coletividade ficarem sempre delegados ao segundo plano, assuntos dessa importância ficarão esquecidos por aqueles que são eleitos justamente para encontrar saídas,



CLAUDIO LAMACHIA

legislar pelo cidadão. Cabe, portanto, uma profunda reflexão de nossa parte, sobre o quanto nossa participação política tem sido fraca. O eleitor precisa lembrar que o eleito lhe deve explicações e prestar contas do que tem feito para justificar os votos que recebeu. Precisamos amadurecer como cidadãos.

FOTO: EUGÊNIO NOVAES - CFOAB

Sua equipe está engajada E quais são os propósitos



TAMIRES PIRES

Um por todos, todos por um! A ideia de cooperação não é nova, mas o objetivo é o mesmo: a sustentabilidade de uma empresa ou negócio. E isso se faz com técnicas modernas da psicologia institucional.

É comum encontrarmos na recepção das empresas, ou no saguão de acesso principal, um painel onde se leem a Missão, a Visão e os Valores daquela organização. É uma espécie de identidade institucional que revela qual é o seu negócio e quais são seus propósitos. Nesse sentido, o Propósito é o porquê de nós

existirmos como empresa. Ele não substitui a Missão, Visão ou Valores, mas nos remete a uma questão anterior, que é por que a empresa nasceu.

Hoje, falamos em Propósito pensando em como construir um mundo melhor por meio de nossas empresas. E quando olhamos para o porquê de a empresa surgir, podemos observar que, naquele momento, isso já estava acontecendo. É a partir deste olhar para dentro, de conhecer os aspectos internos que levaram seus fundadores a empreender, que se iniciam o diagnóstico e o posterior plano de ação para integrar as equipes em uma cultura organizacional de propósitos e no engajamento a suas causas. Especialistas em Psicologia Institu-

cional, as consultoras humanistas Nathassia Poliseni e Tamires Pires explicam que “o objetivo central para se obter sucesso no engajamento de grupos e equipes é uma conexão com uma causa. Mas para uma pessoa se engajar em uma causa, ela precisa se enxergar no que está fazendo”, ensinam as psicólogas.

O ENGAJAMENTO

Para Nathassia e Tamires, “quanto mais uma pessoa se sente engajada, trabalhando por uma causa, mais empenhada ela estará em relação à sua atividade. Na verdade, ela não está simplesmente fazendo um trabalho automático pra atingir determinado resultado. Ela está engajada a uma causa maior, não é só uma função operacional”. E as especialistas no assunto revelam o segredo para tornar o ambiente de trabalho um local de satisfação e de resultados para a organização. “O segredo principal está em dois pilares: na comunicação e na liderança. Se a empresa adota uma comunicação engajadora, que fala dos propósitos e das causas, que fala dos desafios e metas, dos propósitos da equipe, temos um caminho fértil pela frente para criarmos uma cultura de colaboração em todos os seus processos. Já os líderes são os grandes disseminadores do propósito da empresa, são os

jada com o quê? e causas de seu negócio?

catalizadores da construção desta cultura de propósito.” “É um processo de transformação, que não é muito simples de implementar. Por causa disso, nós trabalhamos também o propósito de vida dos colaboradores, os principais atores de qualquer mudança, evolução ou inovação nas companhias. Com isso, se o funcionário identifica na causa da empresa o propósito de vida, muito mais chances tem de ele se engajar”, ensinam as especialistas.

A LIDERANÇA

Warren Bennis, o maior estudioso sobre formação e desenvolvimento de equipes, disse que “líderes não acontecem por acaso. Eles devem ser desenvolvidos: educados para que adquiram as qualidades de liderança”. O papel do líder já não será focar exclusivamente a produção de bens e serviços. A tarefa mais crítica e importante do líder será a de convocar os indivíduos a criar uma comunidade geradora de riqueza. Aí está um desafio decorrente: se você pensa em uma equipe formada por sujeitos, poderá pensar em uma comunidade de trabalho geradora de riquezas.

“Comunidade de trabalho é diferente de organização, na forma como é aprendida na ciência da administração. Organização sugere normas, procedimentos, hierarquia, controles, burocracia, métodos e sistemas, parafusos e porcas. Comunidade lembra valores, propósito, colaboração, apoio, contribuição, respeito, sentimentos, pensamentos, ideias, estética e beleza. Pergunto: qual ambiente é mais convi-

dativo ao engajamento? A organização ou a comunidade?”, questiona Bennis.

Ele ensina que Comunidades são geridas por valores humanos. Nelas, a natureza humana é promovida. Prevalece sobre o sistema técnico. Quais são as motivações nesse tipo de sociedade? Organizações são geridas por valores organizacionais. Nas tradicionais, a natureza humana é subtraída. Quais são as motivações nesse tipo de sociedade? Definir o habitat de trabalho é determinante para uma equipe engajada.

Para o psicólogo organizacional, “existem tarefas e existem trabalhos. Grupos formados por pessoas desengajadas se perdem em meio a inúmeros afazeres, sem saber nem mesmo para que servem essas atividades. Simplesmente, fazem muitas vezes no piloto automático. Estão fisicamente ali, mas seus pensamentos vagueiam por outros anseios. Muitas vezes, elas atingem os resultados, respondendo por estímulos como um prêmio ou algum outro tipo de recompensa. Fazem as tarefas na base do ‘vai assim mesmo’, muito mais pelo que almejam receber em troca do que

pela empreitada. Sentem alívio quando acabam. E pesar quando ficam diante da próxima”.

No trabalho, sabe-se por que é realizado. A quem ele serve, para quem se destina, que contribuição gera. No trabalho, gostamos quando atingimos o resultado pretendido, mas também nos sentimos gratificados com todo o processo que nos levou a terminar bem. Cada fase é muito curtida. “Na verdade, trabalho é deleite e deleite é trabalho. No trabalho, queremos o resultado e gostamos do processo. Chegamos lá, e nos sentimos nutridos e motivados a fazer tudo novamente. O propósito e o significado do trabalho fazem com que uma equipe se sinta engajada”, resume.

“Afinal: a sua equipe é engajada com o quê?”, indaga Bennis, que é professor de Gestão na Universidade da Califórnia (EUA).



NATHASSIA POLISENI

FOTOS: AGÊNCIA OFFICE PRESS

É preciso corrigir problemas no e-social dos domésticos

Os ganhos da tecnologia são inegáveis para o setor contábil, mas os riscos no cumprimento das obrigações fiscais e tributárias são potencializados pelo nível de detalhamento no cruzamento dos dados gerados a partir do Projeto SPED. Além disso, as falhas no sistema, o congestionamento no envio das informações e as constantes trocas de versões expõem ainda mais a possibilidade de geração de multas.

A obrigatoriedade do e-social para empregadores domésticos trouxe um alerta às organizações contábeis do País. Além de ter gerado inúmeras dúvidas, o principal problema se deu na operacionalização do sistema de registro e do recolhimento de tributos. “Houve a preocupação dos empregadores em registrar seus empregados para cumprir com as exigências e o prazo imposto pela Receita Federal. Mas foi só o início de uma série de problemas, os quais precisam ser resolvidos por pessoas com nenhum conhecimento na área trabalhista, tampouco sobre o novo sistema eletrônico. Muitos não sabem como informar dados sobre período de férias, licenças e – pior – não sabem como realizar o correto desligamento de um doméstico.”

Para o SESCON-RS, que representa as empresas contábeis do Estado, a situação enfrentada pelos empregadores dos domésticos é apenas a ponta do iceberg, quando está para ser implementado o e-social para as grandes empresas, cuja obrigação está prevista para a partir de setembro deste ano. “Pela complexa operacionalidade do novo sistema de

informações trabalhistas e previdenciárias, as empresas contábeis estão preocupadas com as possíveis dificuldades no envio das informações aos órgãos de fiscalização”. O presidente da entidade, Diogo Chamun, prevê um risco ainda maior às empresas que deverão passar a informar, em tempo real, todos os movimentos trabalhistas e previdenciários. “Estamos falando de uma complexidade infinitamente maior, bem como de um universo muito superior ao e-social dos domésticos.” Até hoje, existem problemas não solucionados pela ferramenta que faz parte do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED.

Chamun chama a atenção para o fato que mais preocupa as empresas contábeis: as multas por incorreções ou atraso no cumprimento das obrigações. Não se trata da sonegação das informações ou do não recolhimento dos tributos, mas, sim, dos problemas que poderão se agravar com a implantação do e-social para as empresas. E, por conta disso, a possibilidade de geração de multas, causadas pela dificuldade de manusear o sistema. “Temos como exemplo recente o ECF – Escrituração Contábil Fiscal (que é a declaração de IR da pessoa

jurídica). A obrigação recebeu inúmeras versões desde a data de início para o envio eletrônico à Receita Federal. Mas o que nos indigna é que houve uma nova versão na data-limite da obrigação. É algo surreal, nem mesmo com uma equipe de analistas contábeis de plantão, é possível atender a obrigações que são modificadas no último dia”, comentou o presidente do SESCON-RS.

Estes exemplos, tanto do e-social dos domésticos quanto do ECF, evidenciam as dificuldades das assessorias contábeis enfrentadas na sua rotina de cumprimentos das obrigações, originadas da complexa legislação fiscal e tributária do Brasil. E o que é pior: sempre acompanhadas de pesadas penalidades, as quais, via de regra, são arcadas pelas empresas contábeis.

FOTO: AGÊNCIA OFFICE PRESS



DIOGO CHAMUN

Governo muda para a direção errada

O comentarista econômico Ricardo Amorim, que neste ano participa do 4º EGESCON, apresentou sua análise sobre a crise que levou o país à recessão desde 2014, resultado de problemas estruturais já no primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff.

Em sua análise, “o Governo fez a mudança de política econômica na direção errada. Com a substituição do ministro da Fazenda, Joaquim Levi, pelo ministro Nelson Barbosa, foi a volta às políticas econômicas do primeiro mandato do Governo Dilma, que foram as que criaram os problemas vividos hoje. Com esta mudança o Governo só gerou mais incertezas e agravou a crise de confiança. Como resultado, as agências de risco baixaram a nota do Brasil, afugentando os investidores internacionais e paralisando o que poderia ser o início de uma retomada aos investimentos represados das empresas brasileiras. Confira as análises do economista a seguir:

A CRISE

O Governo não cortou os gastos como deveria. E temos a queda da arrecadação. O que nós precisamos fazer, pelo lado econômico, é cortar os gastos do Governo e combater a inflação. Fazendo isso, teremos a recuperação da economia e a confiança dos mercados.

CARGA TRIBUTÁRIA

É bom lembrar que, além dos 34% de carga tributária, o Governo teve um déficit de 9% do PIB. Em outras palavras, 43% de tudo que é produzido no país

passa pelo Governo. E o que a sociedade recebe em troca não é condizente com isso. Apenas considerando a carga tributária, o Brasil é o terceiro país entre as nações emergentes que mais cobram impostos e, claramente, não é o terceiro melhor país em qualidade de serviços públicos.

O que o Brasil precisa é melhorar, substancialmente, a qualidade de serviços públicos com menos gastos. Isto é, o Governo precisa gastar muito menos e melhor. Isso exige um choque de gestão. Exige uma redução brutal de gastos desnecessários, sem falar a sangria da corrupção, e, desta forma, podemos conseguir, com menores gastos, ter uma melhora na qualidade dos serviços aos contribuintes.

AJUSTE FISCAL

Enquanto o Governo não cortar seus gastos e, por consequência, abrir espaço para fazer o ajuste fiscal, e reduzir o peso dos impostos à sociedade, infelizmente, a gente não sai deste buraco. Há 4 anos, o Governo lançou o programa Brasil Maior, voltado a aumentar a competitividade da nossa indústria. Desde então, as indústrias encolheram 20% neste período. Um Brasil maior requer um Governo menor. E este Governo não tem feito isso, ao contrário, tem ido na direção oposta. Isso explica a gravidade da crise brasileira, a mais profunda dos últimos 115 anos.

E O FUTURO

Quando a recuperação vier, ela vai surpreender, virá com total força. Em

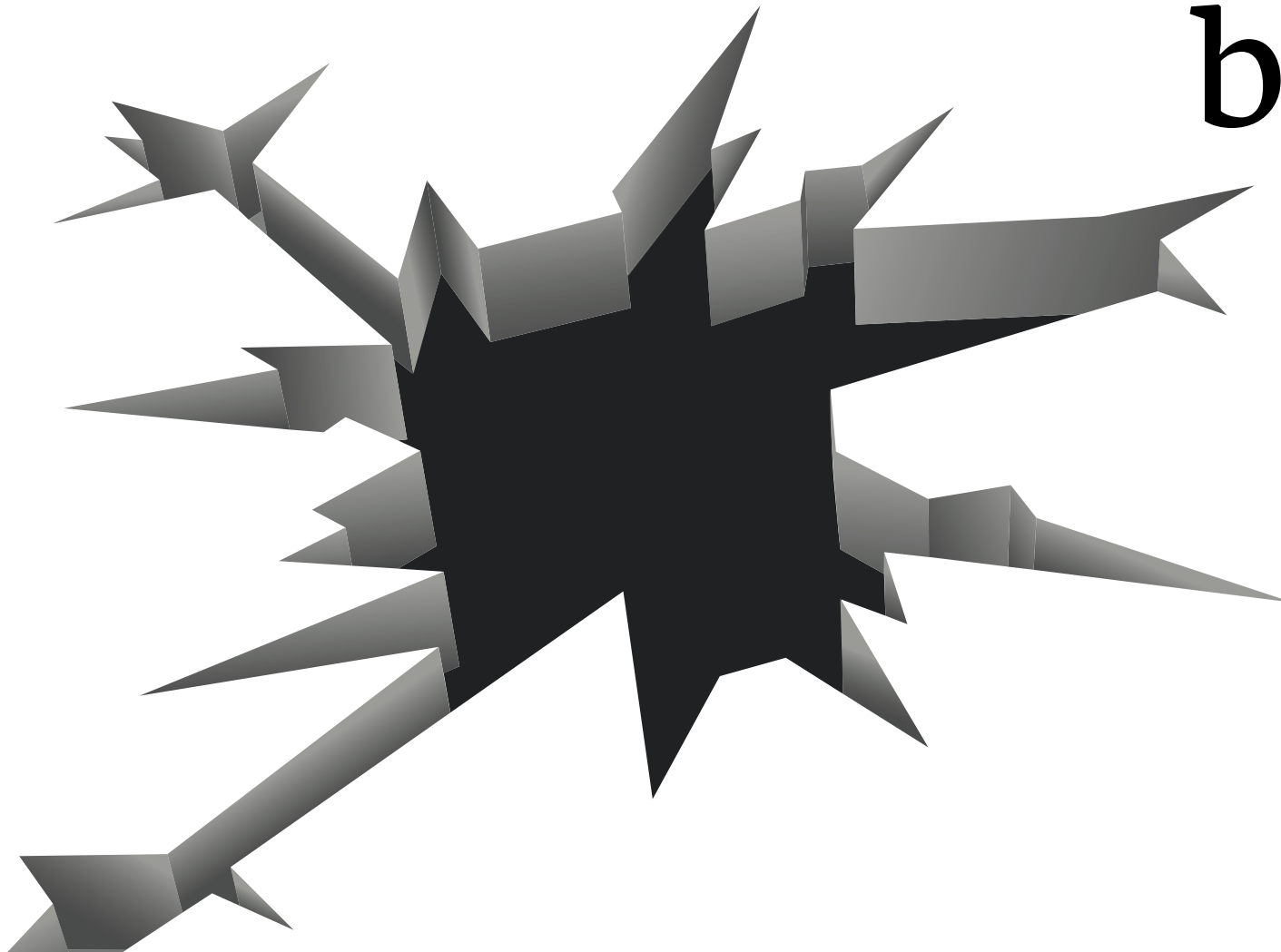


RICARDO AMORIM

um histórico dos últimos 115 anos, em nenhum momento houve uma queda tão significativa do PIB como vai acontecer no triênio entre 2014/2016 ou entre 2015/2017. Isso significa que todas as vezes que tivemos queda do PIB por 3 anos consecutivos, seguiu-se de uma recuperação muito forte. O que acontece: uma série de empresas com intenções de investimentos, que vem sendo represadas; uma vez que a confiança é retomada, há o início da retomada dos investimentos e a geração de empregos, com os salários em recuperação, e, havendo a queda da inflação e dos juros, teremos uma taxa de recuperação muito forte.

[capa]

A desa sit ecco b



Desastrosa Suação da Economia brasileira

O cenário econômico do País é o pior possível, com uma retração econômica há três anos consecutiva. A gravidade da situação não está na gestão das empresas, que geram impostos para uma máquina pública de gastos infinitos, sem levar em conta os desperdícios e a corrupção. A causa do problema é uma só: a falta de confiança na política econômica do Governo Federal.

E o problema se agravou ainda mais com a mudança do Ministro da Fazenda, com a saída de Joaquim Levi, o qual perseguia, solitário, o necessário ajuste fiscal, e a entrada de Nelson Barbosa, que voltou ao modelo de política econômica do primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff, o que deu origem aos problemas que estamos vivendo atualmente. A falta de confiança explica muito a desastrosa situação vivida pelas empresas brasileiras e seus cidadãos.

Na análise de Vanessa Neumann Sulzbach, da Assessoria Técnica da Presidência da Fundação de Economia e Estatística (FEE), “o Brasil foi reprovado por três anos consecutivos em sua política econômica e fiscal”. Em 2014, o Brasil não saiu do lugar e apresentou crescimento de apenas 0,1%. Ou seja, a queda de atividade vista em 2015

se dá a partir de uma base que é bastante baixa, o que significa que estamos retrocedendo alguns bons anos. Esse cenário, que é bastante triste, e ao mesmo tempo assustador, é fruto de uma série de fatores, conjunturais e estruturais, internos e externos”.

A economista esclarece que, “pelo lado externo, a desaceleração da China, país que nos últimos anos foi o grande comprador do mundo, vem contribuindo para que não seja tão fácil para o Brasil crescer como ocorreu na década passada. Isso porque a retração da demanda por commodities fez os preços desses produtos sofrer uma queda substancial, com impacto sobre os países exportadores delas, como os emergentes, e o Brasil. Entretanto, isso não explica tudo, até porque as exportações de commodities representam cerca de 5% do PIB brasileiro. É bem verdade que o impacto da valorização/desvalorização das commodities não se atribui apenas a esse percentual, mas essa é outra história, e o fato é que ela não explica sozinha a atual situação econômica do Brasil. Ademais, outros países emergentes que exportam commodities numa proporção até maior que a brasileira estão crescendo a taxas positivas, mesmo diante do cenário desfavorável chinês”, comparou.

OS ERROS

De acordo com a assessora econômica da FEE, “o que aconteceu no Brasil nos últimos anos foi uma mudança de rumo muito profunda. As reformas que foram iniciadas na década de 1990, principalmente após o Plano Real, foram se extinguindo. Muitos dos avanços que permitiram a estabilização da economia foram sendo deixados de lado. Assim, 2015 começou muito difícil, com uma inflação muito elevada, deterioração fiscal (déficits históricos) e desaceleração econômica com taxas de crescimento cada vez menores do PIB”. A economista aponta ainda “a excessiva intervenção do Governo na economia que gerou alguns desequilíbrios importantes, como foi o caso do câmbio, tarifas de energia e transporte público, entre outros, que tiveram que ser reajustados em 2015. A conta dos subsídios dados a alguns setores da economia, através do BNDES às custas de todos os brasileiros, começou a aparecer, redução forçada da taxa Selic para 7,25% resultou em inflação elevada nos últimos anos. Note que muito se fala sobre a questão dos juros no Brasil e como ele é alto demais”, analisou.

SEM CONFIANÇA

A crise de confiança tem sido o peso maior para que o Brasil saia da atual situação. Mas este buraco começou “nos últimos 20 anos de um país com taxa de juros real de 25% nos anos 1990 para próximo de 2% em meados de 2010. E o crescimento não veio. Pelo contrário, quase tudo saiu do eixo, e colocar tudo no devido lugar demora e exige retomada da confiança. Esse é o grande problema do Brasil. Todos perderam a confiança de que as coisas podem voltar ao lugar”, contextualizou a economista.

Para ela, em 2015, “até houve uma tentativa de fazer ajuste fiscal, porém a



FOTO: AGÊNCIA OFFICE PRESS

VANESSA NEUMANN SULZBACH

crise política atual impediu que muitas das medidas fossem colocadas em prática, resultando em menor confiança tanto dos empresários, que não conseguiram mais segurar seus funcionários, as pessoas começaram a sentir os efeitos da redução da renda familiar (desemprego), e as agências de risco baixaram a nota do Brasil, dificultando ainda mais a saída da crise. Ou seja, o cenário econômico não é muito animador. A crise atual é, sobretudo, de confiança. Resgatá-la não é uma tarefa trivial, mas é algo que deve ser endereçado o quanto antes para que a gente não continue perdendo anos de avanço e nos tornando mais pobres”.

GASTOS PÚBLICOS

“O ajuste das contas públicas é, na minha opinião, o primeiro e principal passo a ser tomado para que a economia retome uma trajetória de crescimento. Porém, essa não é uma tarefa fácil. Cortar o custeio, ou seja, aquele gasto recorrente, como energia, água, alimentação no orçamento familiar, é muito difícil na esfera pública. Isso porque 85% desse valor é gasto

com funções sociais, como previdência, saúde, educação, bolsa-família e outros programas, como seguro-desemprego. Em primeiro lugar, ninguém quer mexer nesse tipo de gasto e nem discutir os efeitos das políticas de previdência e de valorização do salário mínimo. Além disso, a lei brasileira determina que parte da receita seja aplicada em funções como saúde e educação, impedindo a redução desses dispêndios”.

Para Vanessa Sulzbach, “outro tipo de despesa, o investimento público, que deveria ser elevado para facilitar os negócios do setor privado, já é muito baixo e não se deseja que diminua mais ainda. O grosso das despesas públicas se destina a pagamento dos salários dos funcionários públicos. Esse tipo de despesa também tem a característica de ser rígida – ou seja, você não consegue reduzir os salários –, por isso dificulta um ajuste de verdade”.

O que se deve avaliar, diz a economista, “é que o ajuste deve passar, impreterivelmente, por discussões importantes que, às vezes, soam perversas. Será necessária uma nova postura de contenção das valorizações de muitos

dos salários, tanto de servidores como do salário mínimo. Além disso, muito da elevação da dívida pública dos últimos anos está atrelada aos subsídios elevadíssimos dados ao BNDES para beneficiar alguns setores e empresas específicos da economia – os chamados ‘campeões nacionais’, mas, na verdade, de campeões não têm nada, a não ser relações favoráveis com o governo. Só com mudanças amargas é que esse quadro deve ser revertido”. E mais: “uma alternativa mais fácil, politicamente, é sempre aumentar impostos. Entretanto, a carga tributária já está elevada no País. Uma elevação de tributos vem na contramão do que o Brasil precisa”, comentou.

ECONOMIA RS

Uma parte da economia gaúcha, pelo menos, tem motivos para comemorar. De acordo com a economista, “a desvalorização do Real tende a trazer uma perspectiva boa para os exportadores brasileiros e gaúchos. Entretanto, é necessário olharmos para outras questões. A primeira delas é a inflação. Não adianta o câmbio se desvalorizar, o que resulta em maior receita dos exportadores, se essa elevação dos ganhos é corroída pelo aumento dos custos. Além disso, se o principal comprador de produtos brasileiros é a China, que está com processo de desvalorização da moeda e com dificuldades de manutenção do crescimento, os efeitos do câmbio não devem surtir tanto efeito”.

O ponto positivo é que a Argentina, o segundo principal destino das exportações gaúchas, tomou nova postura quanto às importações e resolveu reverter o protecionismo praticado nos últimos anos. De qualquer modo, para os produtos domésticos conseguirem entrar em outros mercados, é necessário que estes sejam mais competitivos. Isso depende de diversas mudanças estruturais, sobretudo mais investimentos em infraestrutura. “Para o mercado agrícola gaúcho, em específico, não há

muitas perspectivas de outros grandes compradores de soja, como a China. Continuaremos dependendo do desenvolvimento do país asiático para exportar nosso principal produto embarcado”.

EXPECTATIVAS

As expectativas para 2016 mostram mais um ano de queda expressiva do PIB do Brasil. Isso porque não se vislumbra, em um horizonte de curto prazo, qualquer novidade que possa fazer empresários e consumidores acreditarem que as coisas irão mudar. “Até então, não se percebe qualquer mudança de política econômica nesse sentido. O ponto é que em algum momento devemos chegar no ‘fundo do poço’. Ou seja, devemos parar de cair, de retrain a nossa produção. Muitos economistas enxergam que esse ponto deve acontecer na metade do ano. Por isso, o ano de 2016 pode ser caracterizado como ano da virada”, projetou a economista.

“Porém, se você me perguntar se eu acredito que 2016 é o ano em que as coisas vão começar a andar, a minha resposta será não. A chegada ao fundo do poço pode representar apenas uma questão estatística. Isso não significa, contudo, que a confiança das pessoas seja retomada. Isso não significa que os investimentos voltarão a todo vapor. Isso não significa que as pessoas vão voltar a tomar decisões de longo prazo, consumindo mais bens duráveis sem medo de perder emprego.

Ainda há muito por se fazer para começarmos a vislumbrar uma mudança no prumo. Dependemos de muitas coisas, como simplificação tributária, reforma do sistema previdenciário, flexibilização da legislação trabalhista, investimentos em infraestrutura e educação de qualidade, entre outros. Essa agenda é muito difícil de ser endereçada em momentos de crise como o atual, mas deve ocorrer. Precisamos fazer o ajuste de casa, para

sairmos do sufoco, do ‘cheque especial’, para então começarmos a rever essas questões. Isso levará anos”, sentenciou a especialista sobre o cenário sombrio da nossa economia.

Para ela, “as previsões para o crescimento do País levam em conta, sem dúvidas, a questão política, sobretudo porque a saída da atual crise passa pelo ajuste fiscal, cujas medidas precisam ser aprovadas pelo Congresso Nacional. O imbróglio político tem dificultado a arrumação da casa. Uma mudança nessa perspectiva pode fazer com que a perspectiva de início das reformas necessárias para o crescimento sustentado seja antecipada. Ou seja, o momento da ‘virada’ depende da resolução dessa questão política”, concluiu.



Fenacon e SESCOCON- sobre o GFIP no C

Várias empresas foram surpreendidas com o recebimento de notificação por parte da Receita Federal do Brasil, a respeito da entrega das GFIPs fora do prazo, o que tem ocasionado a aplicação de multas abusivas e, em alguns casos, impagáveis.



VALDIR PIETROBON CONVERSOU COM LAÉRCIO OLIVEIRA

O diretor político-parlamentar da Fenacon, Valdir Pietrobon, se reuniu no mês de fevereiro – na abertura das atividades no Congresso Nacional – com os deputados Laércio Oliveira (SD-SE) e Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP) para tratar da anistia das multas da GFIP. Atualmente, tramita no Congresso a Medida Provisória 701,

que conta com uma emenda apresentada pelo parlamentar Laércio Oliveira, a qual anistia as multas da GFIP aplicadas até o ano de 2015.

Além disso, o SESCOCON-RS e o Sistema Fenacon articulam, juntamente com o deputado Arnaldo Faria de Sá, uma nova emenda a ser incluída na Medida Provisória 707, que versa so-

RS à frente de ações Congresso Nacional

bre o tema. “É uma lástima que tantas empresas sejam prejudicadas por conta dessas multas referentes ao atraso no lançamento das declarações no sistema da Receita Federal. A maioria das empresas entregou essas declarações no prazo, mas teve multas aplicadas pelo atraso do órgão em registrar a entrega das declarações. Estamos tentando reverter esse quadro”, declarou Pietrobon.

“Queremos lembrar que este assunto já foi motivo de grande preocupação por parte da Fenacon, que inclusive tomou algumas medidas”, como diz a seguir:

“A primeira delas foi tentar enquadrar o assunto sob a ótica da denúncia espontânea (art. 138 do CTN (Código Tributário Nacional) e Art. 472 da Instrução Normativa 971/09), já que, na maioria dos casos, as guias foram entregues, porém fora do prazo. Prossegue o dirigente: “a Fenacon, no ano de 2014, propôs um texto em conjunto com a Secretaria da Micro e Pequena Empresa (SMPE) para contemplar aquelas empresas que não entregaram a GFIP em dia. Esse texto foi apresentado por meio da Medida Provisória (MP) 656/2014, transformada, posteriormente, nos artigos 48, 49 e 50 da Lei nº 13097/2015. Contudo, no final da tramitação a redação foi alterada, não contemplando a totalidade do nosso pleito e, portanto, deixando de anistiar uma quantidade considerável de multas”.

Ato contínuo, diz Pietrobon, “a Fenacon, em conjunto com o deputado federal Laércio Oliveira, apresentou emenda à MP 692, que se encontra em fase final

de tramitação, corrigindo a distorção da Lei nº 13.097/15. Porém, a emenda não foi acatada no Senado Federal. A matéria seguiu para a Câmara dos Deputados, e, como alternativa, optamos pela apresentação de um destaque para votação em separado (proposta de redação), em conjunto com o deputado Laércio, no plenário da Casa. Ainda estamos aguardando a votação”.

Também como medida de precaução, “apresentamos a mesma emenda à Medida Provisória 701/2015, recém-apresentada pelo Governo Federal, e que entrará em pauta no Congresso Nacional neste ano”. De acordo com o SESCOB-RS, a emenda citada, se aprovada, anistiará as multas aplicadas, desde que se tenha prestado a declaração com eventuais correções ou omissões até dois meses após a data prevista de envio. Isso contemplará a grande maioria das empresas que receberam a multa, além de ser uma medida justa e viável ao Governo. Essa é a única forma de uma emenda desse teor ser aprovada, uma vez que a MP é um instrumento do Poder Executivo, o mesmo que aplicou a multa. Dessa forma, não seriam anistiadas as multas

decorrentes de declarações que não foram entregues.

A apresentação de emendas às Medidas Provisórias se deu por conta da celeridade do processo de aprovação delas, se comparado com Projetos de Lei. As MPs têm, no máximo, 90 dias para serem apreciadas, enquanto

Projetos de Lei podem demorar anos para serem aprovados. A curto prazo, a apresentação de emendas que versem sobre a matéria proposta na MP é a melhor estratégia.

“Caso não tenhamos êxito, estamos também articulando outra estratégia, apresentando em conjunto com o deputado federal Laércio Oliveira o Projeto de Lei nº 7512/2014, mais abrangente, que anistia a totalidade das multas da

GFIP. Conseguimos a aprovação na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP), e a matéria tramita agora na Comissão de Finanças e Tributação (CFT), sob a relatoria do deputado federal Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR)”, explicou.

Como pode ser observado, estão em curso diversas estratégias, sempre visando à justiça para os que têm multas cobradas abusivamente. “A Fenacon trata a matéria com urgência e não cessará até que se esgotem as alternativas para a anistia dessas multas”, concluiu Pietrobon.

“A Fenacon trata a
matéria com urgência
e não cessará até
que se esgotem as
alternativas para a
anistia dessas multas”

Dia do Empresário Contábil

Em uma economia recessiva, o empreendedor que aposta no seu negócio deve ser saudado. E foi com esse espírito que o SESCON-RS organizou uma programação voltada ao Dia do Empresário Contábil (12/01) na capital e em quatro polos regionais gaúchos. Os diretores Flávio Dondoni Jr e Célio Levandovski, sob a mediação do Presidente Diogo Chamun, apresentaram um descontraído talk show sobre as oportunidades geradas pelo Imposto de Renda para as empresas contábeis. O evento teve transmissão simultânea para as vice-presidências do SESCON-RS em Lajeado, Santa Maria, Passo Fundo e para o escritório regional em Pelotas. Na sequência, ocorreu coquetel de confraternização e networking nos municípios participantes.

O Presidente do SESCON-RS, Diogo Chamun, enalteceu a iniciativa, que pela primeira vez teve transmissão para o Interior. Também enfatizou a importância de ser empreendedor. “Precisamos de mais pessoas ousadas, que acreditem que somente investindo poderemos sair dessa crise”, afirmou.

A presença, tanto na capital, quanto no Interior foi bastante expressiva. Em Porto Alegre, o auditório Ivan Carlos Gatti contou com poucos lugares vagos. Os participantes nas cinco cidades puderam interagir



FOTO: DIVULGAÇÃO/SESCON-RS

EVENTO TEVE TRANSMISSÃO ONLINE PARA O INTERIOR DO RS

com os debatedores, por meio de whatsapp. “Essa nova ferramenta de interação permitiu aproximar os participantes que estavam quilômetros de distância entre si. Essa troca foi enriquecedora”, salienta o Presidente do SESCON-RS.

AUTORIDADES PRESENTES

O Presidente do Sistema Fecomércio-RS, Luiz Carlos Bohn, lembrou a origem como empreendedor da conta-

bilidade. Também ressaltou a sua passagem como Presidente do SESCON-RS. “Conheço bem essa casa e sei de sua importância, já que transita de maneira harmoniosa por todos os demais segmentos econômicos do Sistema”, enfatizou. O Presidente do CRC-RS, Antônio Palácios, salientou a sintonia entre CRC-RS e o SESCON-RS. Também saudou os profissionais contábeis que decidem se tornar empreendedores e gerar postos de trabalho.

ESTACIONAMENTO E EGESCON

Chamun também destacou o novo estacionamento do SESCON-RS, com capacidade para 70 automóveis, localizado em terreno adquirido a meia quadra da sede

da entidade. A inauguração ocorreu na mesma noite. E aproveitou para já convidar os presentes para a próxima edição do Encontro Gaúcho das Empresas de Serviços

Contábeis, que ocorre nos dias 21 e 22 de novembro no Plaza São Rafael. Após o talk show foram sorteadas três inscrições para o 4º EGESCON.

OSPOA identifica problemas em licitação

Na mais recente prestação de contas do Observatório Social de Porto Alegre, realizada na Câmara Municipal, dos 13 processos licitatórios em andamento, quatro sofreram interação com a prefeitura e foram solucionados. Em um, no entanto, o poder executivo não forneceu retorno satisfatório no tempo hábil. Dessa forma, o OSPOA, de acordo com o seu estatuto, encaminhou notificação ao Ministério Público, Tribunal de Contas do Estado e Câmara Municipal do Porto Alegre, solicitando providências. O processo em questão, trata de irregularidades no contrato referente à construção de rampas de acessibilidade em Porto Alegre.

O Presidente do OSPOA, e do SESCON-RS, Diogo Chamun, sugeriu a suspensão do contrato da construção das rampas ao secretário-geral do Ministério Público do RS, Benhur Biancon, enquanto a Prefeitura não fornecer esclarecimentos. “Precisamos manter o princípio da transparência e se há possibilidade de incorreções que essas sejam esclarecidas antes do serviço ser executado”, afirma Chamun. Benhur Biancon mostrou-se receptivo e comprometeu-se a encaminhar o tema para as devidas análises.



FOTO: DIVULGAÇÃO/SESCON-RS

DIRIGENTES DO OSPOA ENTREGAM NOTIFICAÇÃO A BENHUR BIANCON (D)

A reivindicação do OSPOA também foi entregue ao vereador João Carlos Nedel e ao Ouvidor do Tribunal de Contas do Estado, Cezar Miola, que imediatamente encaminhou o processo para análise. Miola salientou que

acredita na força e na importância do trabalho preventivo da sociedade, não poupando elogios e incentivos às ações desenvolvidas pelo grupo que atua no Observatório Social de Porto Alegre.

AÇÃO PREVENTIVA

O Observatório Social de Porto Alegre é uma entidade formada por representantes da sociedade civil organizada e conta com voluntários de diferentes formações. O objetivo é de acompanhar as licitações da capital gaúcha,

atuando de maneira preventiva para evitar possíveis incorreções nos processos. Por meio de relatórios quadrimestrais, o OSPOA apresenta suas ações. No mais recente, de setembro a dezembro de 2015, foram ana-

lisados 29 processos, sendo 16 concluídos e 13 em andamento. Assim, das licitações analisadas nesse quadrimestre houve uma contribuição para a economia de R\$ 2.870.674,13 aos cofres municipais.

**DIRETORIA
TITULARES**

Presidente:
Diogo Ferri Chamun
Vice-Presidente:
José Tadeu Jacoby
Diretor Administrativo:
Valdir Ferreira Rodrigues
Vice-Diretor Administrativo:
Maria Onira Colissi
Diretor Financeiro:
Maurício Gatti
Vice-Diretor Financeiro:
Eduardo Sinigaglia
Diretor de Relações do Trabalho:
José Roberto Santos Pires
Diretor de Assuntos Legislativos:
Célio Luiz Levandovski
Diretor de Eventos:
Flávio Dondoni Jr.
Diretor de TI:
Flávio Duarte Ribeiro Jr.
**Vice-Presidente –
Região Taquari:**
Jandir Dickel
**Vice-Presidente –
Região Central:**
Leono Pacheco de Oliveira
**Vice-Presidente –
Região Vale dos Sinos:**
Maria do Socorro da Cruz Bittencourt
**Vice-Presidente –
Região da Produção:**
Gilberto Zanin de Souza

SUPLENTES

Celso Luft
Marice Franchetti
João Batista Custódio Duarte
Lucia Elena da Motta Haas
Paulo Ricardo Maia
Marcelo Alexandre Vidal
Jéssica Benetti de Oliveira
Ana Paula Mocalin Queiroz
Carlos Zenon Koch da Silva

CONSELHO FISCAL

TITULARES
Rogério Costa Rockembach
Jorge Luiz Bersch
Joaquim Vaz Godinho

SUPLENTES

Tassiro Astrogildo Fracasso
Ineva Fátima Lodi
Alexandre Sehn

**Delegados Representantes
junto à FECOMÉRCIO**

TITULARES
Diogo Ferri Chamun
Jaime Gründler Sobrinho
SUPLENTES
Célio Luiz Levandovski
Valdir Ferreira Rodrigues

CONSELHO EDITORIAL

Antonio Carlos Nasi
Diogo Chamun
Flávio Dondoni Jr.
Flávio Obino Filho
Jackes Heck
Jaime Gründler Sobrinho
José Roberto Santos Pires
Maurício Gatti
Nelson Dutra
Valdir Ferreira Rodrigues



Office Press Comunicação

Fone: (51) 3325.6061
www.officepress.com.br
office@officepress.com.br

Editor Responsável: Guto Moisés

(Fenaj 6543/RS)

Revisão: Press Revisão

Projeto Gráfico: PenseDesign

Fotos: Arquivo SESCOB-RS
e Office Press Comunicação

CURSOS SEDE

[14/01] Curso Emenda Constitucional 87/2015, com Ademir Vanzella. Capacitação visa preparar os profissionais para atuação segura e eficaz na área fiscal das empresas, focado no ICMS Diferencial de Alíquotas para Não Contribuintes.

[15/01] Prático de Gestão Tributária: Lucro Real, Presumido e Simples Nacional, com João Roberto Domingues Pinto. Curso analisa a melhor forma de gerir a parte tributária do IR e da CSLL.

[21/01] DIRF – Declaração do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte e suas Alterações, com Sérgio da Porciúncula. Capacitação visou esclarecer as dúvidas e orientar os profissionais para o correto preenchimento da declaração.

[28/01] Prática Escrita e Fiscal – Atualizações para 2016, com Ademir Vanzella. Curso prepara os profissionais para atuação eficaz na área fiscal, focado no ICMS.

[19/02] Atualização em ICMS para 2016, com Francisco Laranja. Curso atualiza nas alterações do ICMS para 2016 e capacita para a apuração do ICMS.

[23/02] Atualização Trabalhista e Previdenciária, com Eliane Carvalho Valcam. Capacitação visa atender os profissionais do departamento de pessoal das alterações e novos entendimentos das legislações trabalhistas e previdenciárias.

[25/02] ICMS – Substituição Tributária, com Ademir Vanzella. Curso visa capacitar e preparar os profissionais para a atuação segura e eficaz na área fiscal das empresas, focado no ICMS.

[26/02] Palestra Alterações do ICMS decorrentes da EC 87/2015, com Dimitri Domingos, Giovanni Ciliato, Leonardo Machado e Sebastião Krug. Diferencial de Alíquota e Nota Fiscal Eletrônica / Escrituração Fiscal Digital foram os temas.

[10/03] Prático em Cálculo de Aposentadoria e Desaposentação com o uso do Excel, com Cesar Alencar da Silva.

[14/03] Departamento Pessoal – Módulo I, com Luciano Biehl. Capacitação forma e capacita para a prática das rotinas de departamento pessoal nas empresas de serviços contábeis.

[18/03] E-Social: Escrituração Fiscal Digital da Folha e Rotinas Administrativas, com Claudia Bressler. O curso oportuniza um espaço para aprendizado e debate acerca das normas jurídicas aplicáveis, as práticas e os impactos que serão gerados nas empresas a partir do e-Social.

[22/03] Operações e Procedimentos Fiscais de ICMS/IPI – com Abordagem prática no Novo Diferencial de Alíquotas, com Ademir Vanzella. Curso capacita e atualiza os profissionais para atuação na área fiscal/contábil das empresas.

[23/03] Prático em Iniciação de Cálculos trabalhistas com uso do Excel, com Cesar Alencar da Silva. Capacitação proporciona informações e demonstrações práticas de como utilizar todos os recursos do Excel.

[29/03] Sped Contábil: Atualizado com as alterações para 2016, com Francisco Laranja. Curso analisa todos os procedimentos a serem adotados para a correta validação da escrituração Contábil Digital.

CURSOS INTERIOR

[12/01] Talk Show – DIRPF: Obrigação ou Oportunidade de Negócio, com transmissão online para Passo Fundo, Lajeado, Santa Maria e Pelotas, além da capital.

[15/01] SÃO LEOPOLDO – e-Social – Versão 2.1 – Incluindo EFD Reinf, com Eliane Carvalho Valcam. Demonstrar as novas regras, revisar e alinhar as práticas.

[18/01] PASSO FUNDO – DIRF – Declaração do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte e suas Alterações, com Sérgio da Porciúncula. Capacitação visou esclarecer as dúvidas e orientar os profissionais para o correto preenchimento da declaração.

[19/01] SANTA MARIA – Atualização em ICMS para 2016, com Ênio Dani. Curso atualiza nas alterações do ICMS para 2016 e capacita para a apuração do ICMS.

[25/01] MONTENEGRO – Atualização em ICMS para 2016, com Francisco Laranja. Curso atualiza nas alterações do ICMS para 2016 e capacita para a apuração do ICMS.

[26/01] SAPIRANGA – Atualização em ICMS para 2016, com Francisco Laranja. Curso atualiza nas alterações do ICMS para 2016 e capacita para a apuração do ICMS.

[27/01] LAJEADO – DIRF – Declaração do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte e suas Alterações, com Sérgio da Porciúncula. Capacitação visou esclarecer as dúvidas e orientar os profissionais para o correto preenchimento da declaração.

[27/01] SANTA MARIA – Atualização em ICMS para 2016, com Ênio Dani. Curso atualiza nas alterações do ICMS para 2016 e capacita para a apuração do ICMS.

[11/02] SANTA MARIA – Cadastro Ambiental Rural, com Edilberto Stein de Quadros. Curso visa esclarecer sobre como cadastrar de maneira correta o imóvel rural.

[15/02] URUGUAIANA – Atualização em ICMS para 2016, com Francisco Laranja. Curso atualiza nas alterações do ICMS para 2016 e capacita para a apuração do ICMS.

[15/02] SANTA MARIA – Atualização Trabalhista e Previdenciária, com Eliane Carvalho Valcam. Capacitação visa atender os profissionais do departamento de pessoal das alterações e novos entendimentos das legislações trabalhistas e previdenciárias.

[17/02] LAJEADO – Atualização em ICMS para 2016, com Francisco Laranja. Curso atualiza nas alterações do ICMS para 2016 e capacita para a apuração do ICMS.

[22/02] PELOTAS – Atualização em ICMS para 2016, com Francisco Laranja. Curso atualiza nas alterações do ICMS para 2016 e capacita para a apuração do ICMS.

[26/02] SÃO LEOPOLDO – Atualização em ICMS para 2016, com Francisco Laranja. Curso atualiza nas alterações do ICMS para 2016 e capacita para a apuração do ICMS.

[29/02] PASSO FUNDO – Atualização em ICMS para 2016, com Francisco Laranja. Curso atualiza nas alterações do ICMS para 2016 e capacita para a apuração do ICMS.

[10/03] SANTA MARIA – Escrituração Fiscal Digital da Contribuição para o PIS/PASEP – COFINS e da Contribuição Previdenciária, com Sérgio da Porciúncula.

[11/03] PELOTAS – Escrituração Contábil Digital – ECD, com Sérgio da Porciúncula.

[14/03] PASSO FUNDO – e-Social: escrituração Fiscal Digital da Folha e Rotinas Administrativas, com Cláudia Bressler. Curso oportuniza o debate sobre normas jurídicas, práticas e impactos que serão gerados pelo e-Social.

[16/03] SÃO LEOPOLDO – Departamento Pessoal – Procedimentos Práticos, com Eliane Valcam.

[21/03] PASSO FUNDO – Sped Contábil: Atualizado com as alterações para 2016, com Francisco Laranja. Curso analisa todos os procedimentos a serem adotados para a correta validação da escrituração Contábil Digital.

[22/03] LAJEADO – Sped Contábil: Atualizado com as alterações para 2016, com Francisco Laranja. Curso analisa todos os procedimentos a serem adotados para a correta validação da escrituração Contábil Digital.

[23/03] SANTA MARIA – Sped Contábil: Atualizado com as alterações para

2016, com Francisco Laranja. Curso analisa todos os procedimentos a serem adotados para a correta validação da escrituração Contábil Digital.

[30/03] SÃO LEOPOLDO – ICMS Substituição Tributária, com Ademir Vanzella. Curso capacita e prepara para a atuação segura e eficaz na área fiscal das empresas, focado no ICMS.

SEMINÁRIOS VIA WEB

[14/01] Comece Bem o Ano de 2016: Aumente a produtividade e Rentabilidade de seu Escritório Contábil, com Gabriel Gaspar.

[28/01] Cenários do ICMS para 2016: A Substituição Tributária, o recolhimento Normal e a Antecipação – Modelos e Procedimentos, com José Julberto Meira Júnior.

[18/02] Holding Familiar – Planejamento Sucessório e Patrimonial – Etapas e Vantagens – Parte I e II, com João Alberto Teixeira.

[17/03] Fundamentos da Previdência Social e Complementar: Afastamento na Folha de Pagamento, Férias Individuais e Coletivas, Atestados, Faltas e Estabilidade, com Mário Sérgio Curti.

[31/03] Tudo sobre Imposto de Renda Pessoa Física 2016 / Descomplicando IR em Bolsa de Valores, Ganhos de Capital e Variáveis, com Mário Sérgio Curti.

COMITÊ SETORIAL SESCON-RS/PGQP

[07/03] Palestra Mensal – Coerência de Propósito: ferramenta para engajar equipe, com Nathassia Poliseni e Tamires Pires.

[07/03] Curso Avaliador do Prêmio Qualidade RS (PGQP), com Cláudio Turatto.

Um sentido para a vida

■ TOM COELHO

Tenho acompanhado com apreensão leitores e amigos manifestando suas insatisfações para com a vida. São sentimentos diversos que transitam da frustração por conquistas não alcançadas, passando pela desmotivação decorrente da falta de reconhecimento, até a mera desilusão diante da falta de perspectivas.

Refletir a este respeito levou-me a reler a obra “Em busca de sentido – Um psicólogo no campo de concentração”, de Viktor Frankl, fundador da logoterapia, considerada a terceira escola vienense de psicoterapia (as outras duas são as de Freud e Adler). Trata-se do fascinante relato autobiográfico do autor acerca de sua experiência como prisioneiro

em Auschwitz e outros campos durante a Segunda Guerra Mundial.

Para a logoterapia, a busca do indivíduo por um sentido na vida é a força motivadora primária para o ser humano. Frankl apresenta pesquisa feita com quase oito mil alunos de 48 universidades que perguntados sobre o que consideravam “muito importante”

naquele momento, 16% declararam “ganhar muito dinheiro” e 78% afirmaram “encontrar um propósito para a vida”.

Outro exemplo recente foi a pesquisa realizada no início de 2013 pelas consultorias DMRH e Nextview apontando que quatro em cada dez executivos brasileiros estão dispostos a mudar de empresa porque buscam um trabalho alinhado aos seus propósitos e valores.

Mas esta angústia existencial, a dúvida sobre se a vida vale a pena ser vivida, evidentemente não se restringe ao âmbito profissional. Ela assume contornos maiores, manifestando-se num estado de tédio e apatia através dos quais a pessoa vai morrendo interiormente e lentamente.

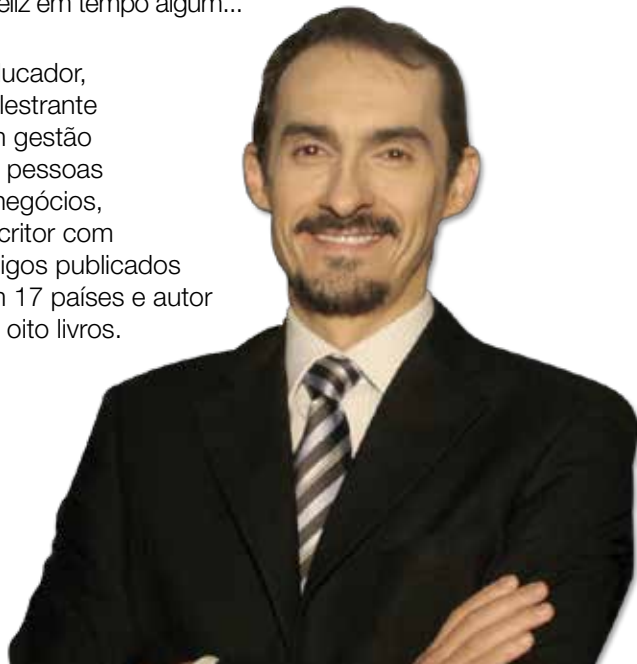
Como bem pontuou Frankl, as emoções são como algo em estado gasoso. Tal como um gás preenche de forma uniforme e integral todo um espaço vazio, assim a tristeza, a solidão, a angústia e o sofrimento ocupam toda a alma humana. Por sorte, analogamente, o mesmo se aplica à menor das alegrias.

Por isso, não basta o mero interesse primitivo em se preservar a vida. É essencial que cada pessoa identifique sua missão (do latim *missio*, o enviado) e ouça sua vocação (do latim *vocatio*, o chamado) nesta busca por propósito, a qual pode ocorrer a partir de três caminhos básicos: (a) pela necessidade de se concluir um trabalho qualquer que será legado à humanidade e que depende exclusivamente de seu protagonista; (b) pelo sofrimento, tal qual o experienciado pelos prisioneiros nos campos de concentração ou por alguém que luta contra uma doença incurável; e (c) pelo amor, o bem último e supremo que pode ser alcançado pela existência humana – e não necessariamente o amor físico, mas o amor espiritual, até mesmo inanimado.

Em sua busca por um sentido para a vida, lembre-se de que embora o sucesso seja perseguido do ponto de vista profissional, e a felicidade, no âmbito pessoal, é preciso salientar que ambos devem ser decorrências naturais. Por isso, pare de persegui-los e, quando você não mais se lembrar deles – sucesso e felicidade –, fatalmente acontecerão em sua vida. Tenha também em mente que ambos são transitórios. Afinal, se você fosse feliz o tempo todo, não seria feliz em tempo algum...

Em sua busca por um sentido para a vida, lembre-se de que embora o sucesso seja perseguido do ponto de vista profissional, e a felicidade, no âmbito pessoal, é preciso salientar que ambos devem ser decorrências naturais. Por isso, pare de persegui-los e, quando você não mais se lembrar deles – sucesso e felicidade –, fatalmente acontecerão em sua vida. Tenha também em mente que ambos são transitórios. Afinal, se você fosse feliz o tempo todo, não seria feliz em tempo algum...

■ Educador, palestrante em gestão de pessoas e negócios, escritor com artigos publicados em 17 países e autor de oito livros.



“ Não importa o que nós ainda temos a esperar da vida, mas sim o que a vida espera de nós

Viktor Frankl

21 e 22 | NOV | 2016

PLAZA SÃO RAFAEL

PORTO ALEGRE | RS

AGENDE-SE!



Encontro
Gaúcho
Das Empresas
De Serviços
Contábeis

■ REALIZAÇÃO:

SESCON RS



Seja um **DIFERENCIAL**
para seus clientes



Prosoft
ANALIR 8

O Prosoft Analir 8 é uma ferramenta exclusiva desenvolvida para auxiliar você na análise da declaração do IRPF. O Contador aumenta a receita de seu escritório e diminui os riscos na entrega desta obrigação.

O Associado do SESCON-RS possui
DESCONTOS EXCLUSIVOS
na aquisição do Prosoft Analir 8

	VALORES ORIGINAIS	VALORES PARCERIA SESCON-RS
01 Licença Desktop	R\$ 950,00	R\$ 750,00 +01 ADICIONAL
01 Licença Adicional	R\$ 675,00	R\$ 100,00
01 Licença Notebook	R\$ 950,00	R\$ 750,00

Para mais informações, entre em contato no telefone
(51) 3343-2090 ou pelo e-mail convenios@sescon-rs.com.br